

2º CONGRESSO DAS EMPRESAS E DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS

O QUE A CIP QUER DE UM NOVO GOVERNO

Lisboa, 9 e 10 de julho de 2015

Sessão de Encerramento

António Saraiva, Presidente da CIP

Senhor Primeiro-Ministro,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,
Senhoras e Senhores Embaixadores,
Senhores Representantes dos Parceiros Sociais Patronais e Sindicais,
Senhoras e Senhores Empresários,
Senhoras e Senhores convidados,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Com a aproximação do processo eleitoral para a legislatura de 2015-2019, a CIP vem acompanhando o debate dos partidos que concorrem àquelas eleições sobre as grandes linhas da política económica e social para Portugal, nos próximos anos.

Não pretende a CIP ocupar o espaço que, legitimamente, cabe aos partidos políticos, mas não abdica da sua legitimidade para intervir neste debate, apresentando publicamente as grandes orientações de política económica que defende para Portugal, nos domínios que mais diretamente afetam a atividade empresarial.

Fazemo-lo enquanto legítimos representantes das empresas e dos empresários portugueses, empresários e empreendedores que serão sempre os protagonistas das opções de inovação, de investimento, de desenvolvimento, de aumento do valor acrescentado e da competitividade das suas empresas, que permitam a sua internacionalização.

Compete ao Governo criar e garantir as condições que serão determinantes das opções referidas, permitindo a geração de valor, o reequilíbrio da balança comercial e a criação de emprego, de que o país tanto carece.

Esperamos assim que, qualquer que seja o resultado das eleições, as principais forças políticas sejam capazes de assegurar a necessária e indispensável estabilidade governativa **mas apelamos, veementemente, a que concretizem um compromisso nacional em torno das grandes linhas de uma estratégia de crescimento sustentado e da execução das principais reformas a ela inerentes**, porque a sua implementação só

será exequível num horizonte que necessariamente ultrapassa o período da próxima legislatura.

É hoje muito claro que só no âmbito de um alargado compromisso político nacional será possível gerar o ambiente de confiança, previsibilidade e estabilidade indispensável à realização de reformas que perdurem no tempo e não sejam pervertidas por posteriores alterações que prejudiquem os seus grandes objetivos: o crescimento económico e a criação de emprego.

Senhor Primeiro-Ministro,
Minhas senhoras e meus senhores,

A densidade e a riqueza das intervenções e do debate deste Congresso deixam à CIP um vasto leque de ideias e de propostas que seguramente iremos trabalhar, quer internamente, quer através de realização de diversas iniciativas.

O tempo de que disponho nesta sessão de encerramento é escasso para apresentar todas as conclusões que resultaram deste dia e meio de trabalhos. Permitam-me que destaque, contudo, o que, numa primeira leitura, me parece ser central entre tudo aquilo que tive oportunidade de ouvir e de reter.

Em primeiro lugar, reafirmo aqui o apelo que foi feito ontem de manhã, no sentido de se promover um verdadeiro “Compromisso Nacional para a Reindustrialização e Competitividade de Portugal”.

Este compromisso significa, como ficou bem expresso, colocar a ênfase, de uma forma transversal, na generalidade das políticas económicas, mas também numa correta utilização dos fundos europeus de que dispomos, na realocação dos recursos para a produção de bens e serviços transacionáveis nos setores primário, secundário e de serviços, com maior valor acrescentado, avançando para “clusters” mais desenvolvidos e promovendo a inovação radical e incremental dos nossos produtos e processos produtivos.

Para isso, **precisamos duma política industrial para o Século XXI.**

Sem Indústria (e sem serviços ligados ao setor industrial), a economia perde a sua capacidade de inovação e não consegue criar empregos qualificados nem superar os choques económicos.

Infelizmente, a reindustrialização enfrenta grandes dificuldades em toda a Europa, onde a política energética é apenas um subproduto duma política ambiental fundamentalista e, no imediato, destruidora de empregos. A Europa e o Japão são os blocos económicos com preços de energia mais elevados a nível mundial.

Neste contexto, o conceito de Reindustrialização em Portugal não se pode confundir com o retorno a modelos do passado, assentes em mão-de-obra barata, mas sim recorrendo a um modelo de economia do conhecimento com mão-de-obra qualificada, injetando conhecimento nas empresas em articulação com as Universidades, os Politécnicos e o Sistema de Ciência e Tecnologia.

Esta nova Política Industrial visará não só colmatar as falhas de mercado mas, também, as falhas do Sistema de Ciência e Tecnologia e do Sistema de Financiamento às empresas, antecipando e induzindo novos mercados com elevado potencial de crescimento.

Foi destacado o papel da indústria das TIC na alavancagem do crescimento económico, no apoio à revitalização de indústrias menos dinâmicas e na atração de investimento estrangeiro.

Foi ainda referida a importância de acelerar o empreendedorismo de base tecnológica, que poderá projetar Portugal como hub Europeu de inovação, também com impacto no aumento das exportações.

No segundo painel, esteve em foco o setor da saúde.

Retenho aqui duas ideias que lhe estiveram subjacentes:

A primeira é que a saúde deve ser encarada como valor e não como um custo. Esta visão tem consequências na avaliação da componente saúde e dos seus impactos na sociedade e na economia, em cada componente de política pública. Assumamos então o conceito de *Health in all policies*.

A segunda ideia é a da urgência de assumir a saúde como setor económico com uma enorme capacidade de arrasto sobre a restante economia e com um enorme potencial de inovação, da qual depende a sustentabilidade dos sistemas de saúde.

Como tal, acrescentaria a relevância do contributo que o Conselho Estratégico da Saúde da CIP pode dar para a definição das políticas que tenham impacto na Saúde em Portugal, apresentando propostas que permitam ver mais além do que as dificuldades do momento e que constituam soluções positivas para a qualidade de vida dos portugueses e para a capacidade de investimento das empresas do setor.

Do terceiro painel, realçaria, para além da necessidade global da diminuição da carga fiscal, as propostas mais focalizadas no estímulo à capitalização das empresas, recompensando os investidores. Propostas que, aliás, são plenamente consonantes com o que aqui ficou dito no painel desta manhã.

Ficaram bem patentes as críticas à reforma da fiscalidade verde, centradas na perversão do conceito de neutralidade fiscal que, na prática veio a consagrar. A opção do governo de concentrar a compensação da receita gerada pela reforma apenas no IRS, para além de não ter garantias de perenidade, provoca efeitos negativos no emprego e no PIB, bem como no rácio dívida pública sobre o PIB. Acresce ainda que a falta de visibilidade do imposto sobre o carbono pode não permitir sequer assegurar um impacto positivo a nível ambiental.

No que se refere ao licenciamento industrial, está hoje claro que o grande desafio está hoje centrado na atitude dos agentes da Administração Pública nestas matérias, o que implica evolução e aperfeiçoamento da coordenação entre serviços públicos.

Temos, neste âmbito, a expectativa de que os novos instrumentos previstos na Lei venham contribuir para a necessária mudança. É este o nosso apelo e, também, a nossa proposta.

No quarto painel, foi reafirmada a proposta de lançamento de um programa articulado, dirigido a uma reorganização profunda do quadro em que as PME tradicionalmente se financiam, integrado por dois tipos de ações:

Por um lado, deve passar pela mobilização dos instrumentos de que já dispõe, utilizando de forma mais intensa o Grupo Financeiro Público no financiamento das PME.

Por outro lado, deve configurar a nova Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD) como um instrumento dinamizador e coordenador de um processo de diversificação das fontes de financiamento e dos instrumentos à disposição das Empresas e, com particular incidência, das PME.

Destacaria ainda as propostas apresentadas no domínio do enquadramento jurídico regulatório do Mercado de Capitais e de um enquadramento fiscal mais favorável à capitalização das empresas.

Senhor Primeiro Ministro
Minhas senhoras e meus senhores,

Este 2º Congresso das Empresas e das Atividades Económicas constituiu um fator decisivo para a elaboração e apresentação das propostas da CIP ao novo Governo que resultará das eleições legislativas de 2015.

Propostas estruturadas em onze grandes prioridades que, ou são pressuposto, ou concorrem (direta ou indirectamente) para os grandes objetivos que foram aqui enunciados:

Crescimento e emprego, sustentados na produção de bens e serviços transacionáveis com maior valor acrescentado: bens e serviços que consigamos não só exportar mas que concorram também para reduzir, em mercado aberto e concorrencial, as importações, através da produção nacional.

Crescimento e emprego, numa economia orientada para o bem-estar social e que por isso valoriza a saúde e as actividades económicas que a promovem.

Crescimento e emprego, só possíveis se o potencial das nossas empresas for libertado, mediante a redução dos inúmeros custos de contexto que o bloqueiam.

Crescimento e emprego, para os quais é crucial um melhor equilíbrio da estrutura financeira das empresas, que necessitam de novas e diversificadas fontes de financiamento, nomeadamente de capitais permanentes.

Neste contexto, as prioridades que a CIP entende que devem ser observadas são as seguintes:

A primeira prioridade: conciliar a sustentabilidade das finanças públicas com o estímulo ao crescimento económico, necessário à resolução do problema do desemprego, nomeadamente através da redução da carga fiscal, de medidas de fomento do investimento privado e da retoma do investimento público estratégico. Este será o maior desafio do próximo governo.

Nesta linha, é indispensável que, do lado da despesa corrente primária, sejam tomadas medidas para substituir as medidas de consolidação temporárias, que foram adotadas durante o período do programa de ajustamento, por medidas estruturais, com um impacto significativo na despesa pública. Tal implica avançar decisivamente na Reforma do Estado, de forma a assegurar a prestação de serviços de interesse público com maior qualidade e absorvendo uma menor parcela dos recursos produzidos pela economia.

A Reforma do Estado deve, ainda, reconhecer que há áreas onde o Estado não deve intervir, porque podem ser mais eficientemente prosseguidas pelo setor privado, com vantagens para a Sociedade como um todo.

Na área da saúde, o Estado tem de aprender a olhar o setor privado como um parceiro, e deve assegurar a separação das suas funções de comprador, financiador, regulador e prestador de serviços saúde.

A segunda prioridade: privilegiar, em termos de investimento público, as infraestruturas que permitam uma melhoria da conectividade internacional e da atração de investimento direto estrangeiro. A este respeito, o objetivo é fazer de Portugal uma plataforma global, tirando partido da fachada atlântica de Portugal nas rotas do comércio mundial. Foi aqui realçada a necessidade de assegurar a intermodalidade entre ferrovia-rodovia e transporte marítimo e de, no setor

ferroviário, desenvolver e integrar a Rede Transeuropeia de Transportes e ao mesmo tempo promover a sua plena interoperabilidade.

A terceira prioridade: é reduzir a carga fiscal sobre as empresas e sobre as famílias e tornar o sistema fiscal português mais competitivo, previsível e mais simples, capaz de estimular a recapitalização das empresas e o investimento. Neste processo, é fundamental o cumprimento do calendário previsto pela reforma do IRC para a redução da respetiva taxa e das derramas.

Como quarta prioridade: é urgente resolver definitivamente o problema das dívidas das entidades públicas às empresas e promover a redução dos respetivos prazos de pagamento, incluindo a sua aplicação às entidades públicas que fazem parte do Serviço Nacional de Saúde.

A quinta prioridade diz respeito ao financiamento, tema que mereceu particular destaque neste Congresso e a que já tive oportunidade de sintetizar.

A sexta prioridade: apostar na formação e na qualificação dos ativos, incluindo, os desempregados, assegurando os meios necessários à formação nas empresas e nos centros de formação de gestão participada ou empresarial. Promover uma melhor utilização dos recursos do Portugal 2020 afetos à formação, uma vez que programas como o Capital Humano contemplam escassíssimas verbas para compensar os ainda enormes défices de qualificação existentes nas empresas e na educação e formação de adultos.

Um novo sistema com gestão do binómio educação-formação ao longo da vida foi aqui afirmado como uma componente essencial da política industrial para o século XXI.

Como sétima prioridade: colocamos a atuação sobre a elevada fatura energética das empresas, reduzindo ou eliminando os custos que as oneram face às suas congéneres europeias, prosseguindo no esforço de contribuição dos vários setores envolvidos na geração e pagamento dos custos do sistema energético nacional, no sentido de uma maior eficácia e equidade.

A oitava prioridade: reduzir os custos de contexto que afetam o normal desenvolvimento da economia. Em particular, importa tornar efetivo o princípio “uma só vez”, que dispensa a entrega de informação ou documentos já detidos pela Administração Pública, aliviando as empresas da multiplicidade de atos declarativos. Importa também atuar sobre a celeridade do funcionamento da justiça económica.

A nona prioridade: Estimular a inovação, estimulando as ligações entre ensino superior, o sistema de ciência e tecnologia e as empresas. Foi aqui dito que o nosso País já evoluiu muito no domínio da base científica e tecnológica e de produção de conhecimento. Importa agora injetá-lo nas empresas por forma a dinamizar a inovação

empresarial. A CIP formulou um conjunto alargado de propostas nesta área fundamental.

A décima prioridade: implementar uma estratégia coerente de internacionalização da economia. O aumento das exportações e da presença das empresas portuguesas no exterior é um desafio prioritário para qualquer Governo. Também o investimento direto estrangeiro desempenha um papel essencial na economia portuguesa.

Foi aqui afirmada a importância da gestão estratégica das marcas País, empresas e produtos bem como o papel da AICEP, que deve ajustar-se à dinâmica do crescimento económico e de investimento através dum novo modelo público-privado, articulando-se com o IAPMEI na gestão dos incentivos ao investimento, seja nacional, seja estrangeiro.

Mas é também importante separar o papel de facilitador que compete às entidades públicas, em estreita articulação com a rede da diplomacia portuguesa, daquele que cabe às empresas e às associações que as representam setorial ou territorialmente.

Por fim,

a décima primeira prioridade: defendemos a promoção de alterações essenciais no domínio da legislação laboral, assegurando, entre outras, a eliminação da reintegração obrigatória como consequência do despedimento ilícito e a consagração de justas causas de despedimento disciplinar legalmente tipificadas, para operarem independentemente do conceito genérico de justa causa de despedimento disciplinar a que as outras situações ficariam sujeitas.

Senhor Primeiro-Ministro,

Minhas senhoras e meus senhores,

Terminaria por insistir que, só no âmbito de um alargado compromisso político nacional será possível gerar o ambiente de confiança, previsibilidade e estabilidade indispensável à realização de reformas, designadamente a Reforma do Estado, que permitam substituir as medidas de consolidação temporárias, que foram adotadas durante o período do programa de ajustamento, por medidas estruturais, com um impacto significativo na despesa pública.

Sem estas será muito difícil atingir os grandes objetivos de política económica e social para o nosso país que são, como sabemos, o crescimento económico e a criação de emprego.

Obrigado.